

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL  
Data   /  /    
Cod. FID001621

# Oficina de Trabalho

*PPTAL*

**FUNAI/GTZ - Brasília, 30/31 Agosto e 01 Setembro de 1995**

## **Oficina de Trabalho**

### **FUNAI**

#### **I - Identificação da Oficina**

- **Data de realização:** Dias 30/08, 31/08 e 01/09 de 1995
- **Participantes:** Lista em anexo
- **Local de realização:** Centro de Treinamento do IBAMA
- **Promoção:** FUNAI, GTZ
- **Moderadoras:** Maria Odília A. Ribeiro de Oliveira  
Mara Vanessa Fonseca Dutra

#### **II - Abertura da Oficina**

A Oficina foi aberta pelo Coordenador da Coordenadoria Geral de Projetos Especiais, Dr. Artur Nobre, que discorreu sobre o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil - PPG7 - e, mais especialmente, sobre um de seus componentes, o Projeto Integrado das Terras e Populações Indígenas da Amazônia Legal - PPTAL - evento do tema em pauta.

Após a explanação sobre os objetivos do PPG7 e PPTAL, o Sr. Coordenador fez um relato de seu histórico, mostrando as negociações

realizadas desde 1990, quando a cúpula do G7 decidiu apoiar a proteção das florestas tropicais.

A seguir, apresentou o organograma do PPG7, mostrando as relações das diversas instituições envolvidas na implementação deste Projeto. Por esse instrumento, verifica-se a posição da FUNAI, responsável pelo desenvolvimento do Projeto Terras Indígenas ou PPTAL.

No que se refere ao PPTAL, constata-se, pelas informações fornecidas, que as negociações se iniciaram em 1992, quando o Projeto entra no ciclo de projetos do Banco Mundial.

Continuando, o Sr. Coordenador detalhou os componentes do PPTAL e apresentou seu organograma, demonstrando a localização deste projeto dentro da estrutura da FUNAI. Informou, ainda, sobre os instrumentos legais já formalizados e os recursos financeiros previstos.

E concluiu, alertando para o fato de ter sido estipulado o prazo de 5 anos e meio para a execução do PPTAL.

Esta palestra de abertura foi baseada em transparências, transcritas a seguir.

**PROGRAMA PILOTO PARA A  
PROTEÇÃO DAS FLORESTAS  
TROPICAIS DO BRASIL**

**PP-G7**

**PROJETO INTEGRADO DE PROTEÇÃO  
DAS TERRAS E POPULAÇÕES  
INDÍGENAS DA AMAZÔNIA LEGAL**

**PPTAL**

## **OBJETIVOS**

### **PPTAL**

***CONTRIBUIR PARA A PROTEÇÃO DAS ÁREAS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA LEGAL ATRAVÉS DO MELHORAMENTO E DA CONSERVAÇÃO E MANEJO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS***

### **PP-G7**

***CONSERVAR A BIODIVERSIDADE, REDUZIR AS EMISSÕES DE CARBONO E PROMOVER UM MAIOR CONHECIMENTO DAS ATIVIDADES SUSTENTÁVEIS DA FLORESTA TROPICAL***



# HISTÓRICO I

## **1990 - HOUSTON (JULHO)**

Reunião de cúpula do G7  
ALEMANHA, CANADÁ, ESTADOS UNIDOS, FRANÇA, ITÁLIA,  
JAPÃO E REINO UNIDO  
Decidem apoiar a proteção das florestas tropicais  
Brasil - criação de Comissão Interministerial para preparar a proposta preliminar

## **1991 - LONDRES (JUNHO)**

Reunião do G7  
Analisam a proposta e renovam o compromisso e concordam em financiar um PROGRAMA PILOTO

## **1991 - GENEVRA (DEZEMBRO)**

Reunião entre o Brasil e o G7  
Definidos US\$ 250 milhões para o PROGRAMA sendo:  
US\$ 50 milhões - fundo central  
US\$ 200 milhões - co-financiamento

Decidem a participação do Banco Mundial e criação do RFT-"Rain Forest Trust Fund"

## **1992 - DECRETO NÚMERO 563/92, DE 05 DE JUNHO DE 1992**

Institui o Programa Piloto para a Conservação das Florestas Tropicais e cria a Comissão de Coordenação

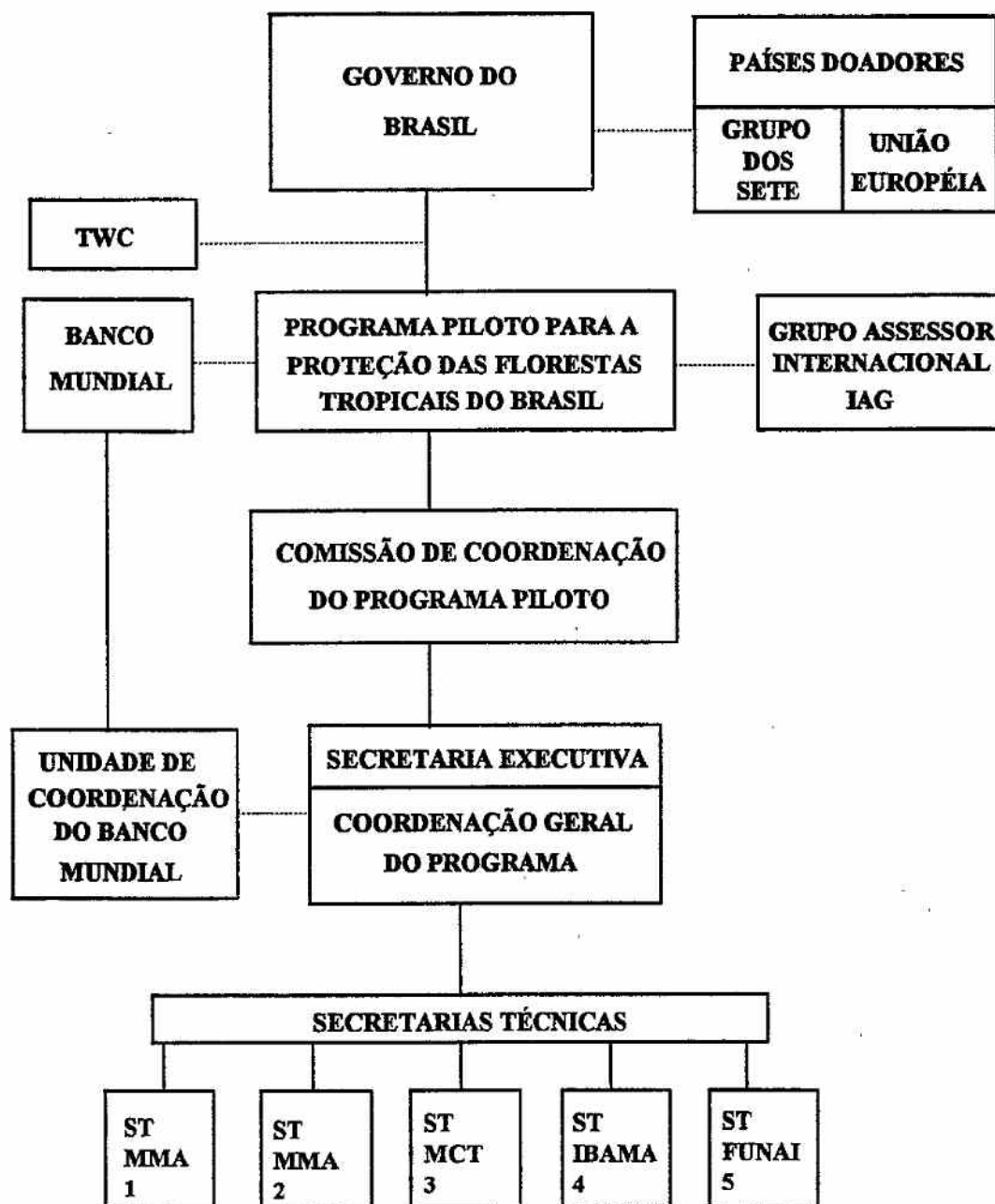
- Secretaria Executiva

Ministério do Meio Ambiente e Amazônia Legal

- Secretarias Técnicas
- Instituições Executoras

# ORGANOGRAMA

## PROGRAMA PILOTO PARA A PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL



1. Sub-Programa de Política de Recursos Naturais
2. Projeto Demonstrativo Tipo A
3. Projeto Ciência e Tecnologia
4. Projeto Reservas Extrativistas
5. Projeto Terras Indígenas

## HISTÓRICO II

### ***1992 - PROJETO DE TERRAS INDÍGENAS NA FUNAI***

O Projeto entra no ciclo de projetos do Banco Mundial

### ***1992 - MISSÃO DO WORLD BANK (MAIO)***

Início de preparação técnica do Projeto

### ***1992 - MISSÃO CONJUNTA WORLD BANK E KfW (AGOSTO)***

Preparação técnica do Projeto

### ***1992 - COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DO PROGRAMA***

Aprovação da proposta técnica pela Comissão

### ***1993 - MISSÃO DE "PRÉ-AVALIAÇÃO" (OUTUBRO)***

Missão conjunta do World Bank e KfW

### ***1993 - COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DO PROGRAMA***

O Projeto retorna à Comissão com alterações propostas pelo Itamaraty e é aprovado de forma definitiva

### ***1994 - "APPRAISAL" (ABRIL)***

Missão conjunta e aprovação final da proposta técnica pelo World Bank e KfW

### ***1994 - NEGOCIAÇÃO EM WASHINGTON (AGOSTO)***

A negociação não é finalizada pela inclusão pelo Banco Mundial de cláusulas de obrigatoriedade de Reassentamento

A negociação continua até o momento



# **COMPONENTES DO PROJETO**

## ***I. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA***

1. Identificação de 55 áreas e revisão de 04 áreas indígenas
2. Demarcação e regularização fundiária de 58 áreas indígenas
3. Avaliação ambiental das áreas demarcadas pelo projeto

## ***II. VIGILÂNCIA E PROTEÇÃO DE ÁREAS INDÍGENAS***

1. Planos de vigilância e proteção para as áreas demarcadas pelo projeto

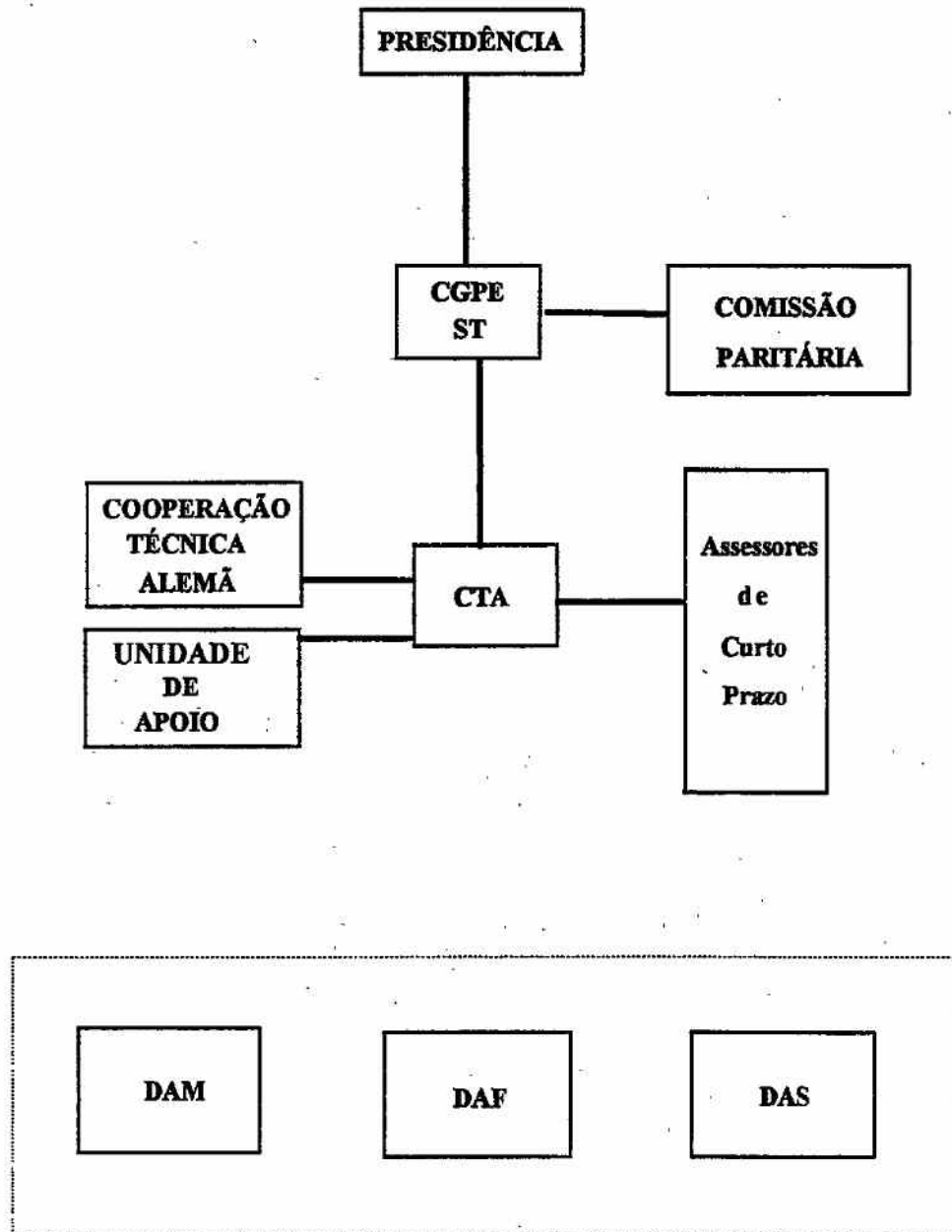
## ***III. ESTUDOS E CAPACITAÇÃO***

1. Capacitação
  - 1.1. Cursos de Indigenismo (5)
  - 1.2. Laboratório de Geoprocessamento
2. Estudos
  - 2.1. Legislação e Política Indigenista
  - 2.2. Metodologia de Avaliação Ambiental e Perfil do Técnico Ambiental
  - 2.3. Alternativas e Métodos de Demarcação

## ***IV. APOIO À GERÊNCIA***

1. Coordenação e Administração
2. Monitoria
3. Avaliação

# ORGANOGRAMA



## **INSTRUMENTOS LEGAIS**

- ◆ CONVÊNIO ENTRE FUNAI E MMA
  
- ◆ ACORDO DE DOAÇÃO COM O WORLD BANK  
(GRANT AGREEMENT)
  
- ◆ CONTRATO DE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA  
COM O KfW
  
- ◆ ACORDO EM SEPARADO - FUNAI, MMA E KfW
  
- ◆ ACORDO BILATERAL - INTERGOVERNAMENTAL  
ENTRE O BRASIL E A ALEMANHA

## RECURSOS FINANCEIROS

- ♦ US\$ 2,1 MILHÕES RFT
- ♦ DM 30 MILHÕES (US\$ 16,6 MILHÕES) KfW
- ♦ US\$ 2,2 MILHÕES GOB

## DURAÇÃO

- ♦ 05 ANOS E MEIO (1995 A 2000)



### **III - Apresentação dos Participantes**

Finda a palestra do Sr. Coordenador, a Oficina passou a ser conduzida pelas moderadoras.

O primeiro passo consistiu na apresentação dos participantes, um vez que nem todos se conheciam.

Com a utilização de cartões, cada um dos presentes respondeu às seguintes questões: “meu nome é”, “trabalho no(a)”, “meu cargo ou função é” e “meu sonho é”.

A introdução da questão “meu sonho é” teve como objetivo não apenas propiciar um tom mais pessoal ao trabalho como também auxiliar na descontração do Grupo.

<b>Meu nome é</b>	<b>Trabalho no(a)</b>	<b>Meu Cargo/Função é</b>	<b>Meu sonho é</b>
01 - Odília	Por aí...	Consultora autônoma	Dar a volta ao mundo num veleiro
02 - Paulo	DINF	Chefe Departamento Informática	Pagar minhas contas
03 - Artur	CGPE/FUNAI	Coordenador CGPE	Trabalhar menos, ganhar mais, nunca dormir só
04 - André	Área indígena Munduruku	Indigenista	Acordar bem e dormir bem. Todos os dias
05 - Regina	ADR Belém	Divisão Fundiária	Paz / repeito / harmonia
06 - Aloísio	C.O. Coord. Orçamento	Coordenador Orçamento	Ser feliz
07 - Raquel	Coord. de Contabilidade	Coordenadora Contabilidade	Paz / felicidade
08 - Nella	CGPE	Assessoria antropológica da SETEC/CGPE	Descentralizar as decisões do PPTAL nas unidades regionais e locais da FUNAI e de fato promover a parceria com os índios organizados / Democracia sempre
09 - Zena	Coord. financeira	Coordenadora	...ganhar a super sena / Que o país melhore
10 - Augusto	CGPE/GTZ	Consultor técnico e "cão de guarda" do KfW	Aposentar-me numa fazenda no interior de São Paulo
11 - Serejo	ADR - Manaus	Administrador Regional	Ver todas terras indígenas regularizadas / Os direitos das minorias étnicas respeitados

12 - Sandra	CGPE	Geógrafa / Coord. CTA	Realizar os sonhos
13 - Noraldino	DID/DAF	Antropólogo	Ver as terras indígenas demarcadas e desintrusadas
14 - Reinaldo	DAF/DEM	Engenheiro Agrimensor	Trabalho reconhecido e boa remuneração
15 - Naeff	CMA	Economista	Aposentar
16 - Fernando	DINF	Assessor	Continuar feliz
17 - Slowacki	CGPE	Indigenista	Lutar por um mundo melhor para viver
18 - Ronaldo	ADR - Rio Branco	Técnico de Indigenismo	Contribuir na identificação de formas apropriadas de desenvolvimento na Amazônia
19 - Eliza	CPT/DPI	Socióloga	Desintrusão e demarcação das T. Indígenas
20 - Elizabeth	Monitoria orçamentária e financeira do PPG-7/ MMA	Consultora	Amar mais/Ser feliz sempre
21 - Vanessa	Onde me chamem	Consultora autônoma	Aprender a nadar

#### **IV - Levantamento de Expectativas**

O levantamento de expectativas do Grupo foi feito por meio da resposta à pergunta "O que você espera desta Oficina".

Utilizou-se, então, a técnica de coleta e estruturação de idéias, que, em seu primeiro momento, trabalhou com a "chuva de idéias". Cada participante escreveu em um cartão sua expectativa, que foi afixada a um painel. As expectativas foram aglutinadas por assuntos, apresentando a seguinte configuração:

## O que você espera desta Oficina?

### Informações

- |   |  |
|---|--|
| 01 - Saber mais sobre o PPG-7   | 08 - Inteirar-se bem do projeto  |
| 02 - Aproveitar o máximo de informações   | 09 - Assimilar bem o que está sendo proposto   |
| 03 - Aprender o máximo possível para desenvolver os trabalhos nas áreas contábil, financeira e orçamentária | 10 - Entender melhor o atual estágio do PPTAL e contribuir em seu aprimoramento                      |
| 04 - Conhecer a mecânica do projeto em questão  | 11 - Como são encaminhadas as questões da T.I. com pendências políticas para regularização fundiária |
| 05 - Esclarecer dúvidas sobre orçamento   | 12 - Novas técnicas de trabalho ligadas ao desenvolvimento do projeto                                |
| 06 - Informações sobre PPG-7  |  |
| 07 - Compreender para melhor desenvolver as ações   |  |

### Operacionalização

- |   |   |
|---|---|
| 01 - Definir os papéis de cada um na execução do projeto    | 07 - Definição de canais de comunicação entre a coord. e as áreas           |
| 02 - Definição de atribuições                               | 08 - Fazer propostas para melhorar  |
| 03 - Critérios de prioridade                                | 09 - Sair com alguma coisa de concreto e objetivo                           |
| 04 - Definição da forma de executar o projeto               | 10 - Determinar a mecânica de ação entre CGPE/DAF e a liberação de recursos |
| 05 - Afinar as expectativas em torno da execução do projeto |   |
| 06 - Identificar possíveis entraves ao projeto              |   |

### Participação

- |  |   |
|--|---|
| 01 - Que os participantes do evento saiam sensibilizados para participar efetivamente do PPTAL | 03 - Definir formas de participação da comunidade indígena diretamente interessada na elaboração do Plano de Ação |
| 02 - Que o pessoal da FUNAI presente "tome posse" do PPTAL                                     |   |

Dar um primeiro passo na reforma administrativa da FUNAI

Que o objetivo da mesma seja de fato alcançado e concretizado

## V - Produtos da Oficina

As expectativas apresentadas pelo Grupo foram comparadas aos produtos anteriormente definidos, visando identificar possíveis distorções entre o esperado pelos participantes e o que se planejara para o evento. Deste confronto, verificou-se a compatibilidade entre eles.

Os produtos definidos para a Oficina foram:

### Produtos da Oficina

PPTAL Analisado

Plano de Atividades do Projeto elaborado



## **VI - Metodologia**

A metodologia utilizada durante todo o decorrer da Oficina baseou-se no enfoque participativo, um vez que se considera a participação como a pedra angular do êxito de um trabalho coletivo. Não se concebem mais intervenções que sejam decididas e concretizadas de maneira autoritária e vertical uma vez que tal postura tem demonstrado, ao longo do tempo, sua pouca eficácia. O envolvimento de todos, em todos os momentos do trabalho, propicia não apenas uma visão mais real da situação em estudo como também o comprometimento dos participantes com os resultados obtidos.

Para o desenvolvimento desta metodologia foram utilizadas técnicas de visualização. Estas técnicas possibilitam a objetividade das discussões, a comunicação e integração entre todos os envolvidos, facilitando o processo de tomada de decisões consensuais em Grupo. Propicia, ainda, a constante documentação do trabalho desenvolvido.

Os passos metodológicos estão contidos no programa que foi apresentado ao Grupo.

## **VII - Programa**

<b>Hora</b> <b>Dia</b>	<b>08:30 às 10:30</b>	<b>10:45 às 12:00</b>	<b>14:00 às 16:00</b>	<b>16:15 às 18:00</b>
<b>Dia 30</b> <b>4ª Feira</b>	Abertura Apresentação	Expectativas Objetivos Visualização	Pontos fracos Pontos fortes	Ataque e Defesa
<b>Dia 31</b> <b>5ª Feira</b>	Análise de atividades e funções	Continua	Detalhamento atividades e sub-atividades	Plenária
<b>Dia 01</b> <b>6ª Feira</b>	Responsabilidades Dificuldades	Revisão responsabilidades e início cronograma	Cronograma	Avaliação Encerramento



### VIII - Comitês Diários

Tendo como meta envolver os participantes na condução dos trabalhos da Oficina, foi proposta a criação do comitê diário.

As funções do comitê foram apresentadas por meio do seguinte painel:

#### **Funções do Comitê**

<b>1. Avaliar</b>		
<b>Passos</b>	<b>Para quê?</b>	<b>Regras</b>
Observar	Elaborar um registro diário das opiniões	Ouvir opinião de todos os participantes
Refletir	Fornecer elementos para programação	Revisar as atividades do dia anterior
Analisar		Apresentar a avaliação de forma visualizada
Comentar o dia anterior		Indicar o comitê do dia seguinte

<b>2. Apoiar</b>
Cobrir painéis
Racaregar pincéis
Arrumar as salas
Colar fichas
etc...

<b>3. Desconstrair o Grupo</b>
Contar uma piada
cantar uma música
Fazer uma dramatização
Fazer um jogo
etc...

Apresentaram-se como voluntários para integrar o comitê do primeiro dia: André, Noraldino, Neila, Augo e Ronaldo e do segundo dia: Slowacki, Sandra, Serejo, Reinaldo e Fernando.

## **IX - Desenvolvimento da Oficina**

### **IX.1. - Levantamento de pontos fracos e fortes do PPTAL**

Tendo como meta a obtenção do primeiro produto planejado para a Oficina - "PPTAL analisado" - o Grupo iniciou um estudo do projeto, obedecendo a orientação registrada em painel.

**TAREFA: Levantar pontos fracos e fortes do Projeto**

**Tarefas**

**Tempo**

<p style="text-align: center;"><b>1º</b></p> <p><b>Ler, com atenção, o documento Ajuda Memória (itens I a V inclusive)</b></p>	<p style="text-align: center;"><b>20 minutos</b></p>
<p style="text-align: center;"><b>2º</b></p> <p><b>Escrever, em fichas, pontos fracos do Projeto - Trabalho Individual</b></p> <p>Observação: Considerar doc. Ajuda Memória e todas as informações sobre o Projeto</p>	<p style="text-align: center;"><b>15 minutos</b></p>
<p style="text-align: center;"><b>3º</b></p> <p><b>Repetir tarefa acima listando pontos fortes do Projeto</b></p>	<p style="text-align: center;"><b>15 minutos</b></p>

A escolha da tarefa de levantamento de pontos fracos e fortes do Projeto, realizada inicialmente por cada participante, teve como objetivo possibilitar uma reflexão individualizada do projeto.

Terminada esta tarefa, o Grupo se subdividiu em três subgrupos assim compostos:

<b>Grupo A</b>	<b>Grupo B</b>	<b>Grupo C</b>
André	Sandra	Fernando
Aloísio	Noraldino	Augo
Neila	Serejo	Regina
Reinaldo	Ronaldo	Slowacki
Naeff		Eliza

Houve, então, o início da socialização dos resultados da reflexão efetuada. Os pontos fracos levantados pelos participantes do Grupo A foram entregues para o Grupo B, os do Grupo B para o Grupo C e os do Grupo C para o Grupo A. A partir daí, cada Grupo deveria analisar as fichas recebidas, cabendo-lhe o direito de aceitá-las ou não. Novos pontos podiam, então, ser acrescentados por cada Grupo.

Completado o painel de pontos fracos, o mesmo procedimento se repetiu com relação aos pontos fortes.

Esta sistemática visa não só possibilitar ao Grupo uma maior objetividade na análise, uma vez que ninguém está “defendendo” sua própria idéia, como também iniciar um processo de consenso.

Os resultados dos trabalhos dos Grupos foram apresentados e discutidos em plenária.

**Grupo A*****Pontos fracos aceitos pelo Grupo A***

- |   |  |
|---|--|
| 01 - Falta de ampla participação no processo de elaboração do projeto           | 11 - Falta de definição do fortalecimento institucional dos indígenas              |
| 02 - Falta de recursos para atividades econômicas auto-sustentáveis             | 12 - Acentua quantidade em detrimento de sustentabilidade                          |
| 03 - Ausência de pessoal habilitado na FUNAI na área de meio ambiente           | 13 - Pouca atenção ao papel da estrutura descentralizada da FUNAI                  |
| 04 - Quem decide, coordena (CGPE), ligada exclusivamente à Presidência da FUNAI | 14 - 6 Estados, somente 4 na Comissão Paritária                                    |
| 05 - Centralização de poder na CGPE   | 15 - Exigências administrativas dos doadores prevalecem às necessidades gerenciais |
| 06 - Execução da capacitação fora da estrutura "normal"                         | 16 - Não explica como será participação de trabalhador rural                       |
| 07 - Falta de poder decisório da Comissão Paritária                             | 17 - Pouca atenção aos requerimentos de registro                                   |
| 08 - Comissão Paritária analisa e emite parecer                                 | 18 - Assincronia entre cooperação técnica e financeira                             |
| 09 - Muitos itens foram discutidos numa Missão e serão acertados depois         | 19 - Orçamento para planos de vigilância insuficiente                              |
| 10 - Ritmo lento da formação da CTA   | 20 - Volume da capacitação insuficiente ante necessidades                          |
|   | 21 - Ausência de estrutura nas ADR's (Planos de Vigilância)                        |

***Complementações feitas pelo Grupo A***

- |  |  |
|--|--|
| 01 - Item I - inclusão das outras áreas do PPTAL no sub-projeto de saúde | 02 - Não inclusão de áreas de maiores conflitos fundiários na Amazônia Legal |
|--|--|



**Grupo B*****Pontos fracos aceitos pelo Grupo B***

- |  |   |
|--|---|
| 01 - Protelação/adiamento dos trabalhos nas áreas sem portaria declaratória do M.J.            | 04 - Objetivos - Item 7   |
| 02 - Não proposição de um sub-projeto de saúde para as populações a serem atendidas pelo PPTAL | 05 - Não definição dos critérios de seleção das ONG's e Agências Governamentais |
| 03 - Onde entra o manejo sustentável dos recursos naturais existentes nas terras indígenas?    |   |

***Complementações feitas pelo Grupo B***

- |  |  |
|--|--|
| 01 - Falta de comprometimento do INCRA com o reassentamento  | 04 - Composição da Comissão Paritária  |
| 02 - Falta de ações complementares (educação/saúde/desenvolvimento sustentável!) por parte do Governo Brasileiro | 05 - Exigência a priori da utilização mínima de equipamentos para vigilância     |
| 03 - Falta de compromisso claro com a lista de prioridades   | 06 - Não indicar canais legítimos de representatividade das populações indígenas |

**Grupo C*****Pontos fracos aceitos pelo Grupo C***

- |   |   |
|---|---|
| 01 - Indefinição das atividades de auto-sustentação   | 06 - Há um peso grande das obrigações relativas à comprovação das ações para agentes externos (não houve consenso no Grupo) |
| 02 - Isolamento da saúde e educação do PPTAL  | 07 - Na prática há incompatibilidade entre contratação de técnicos para identificação e o Decreto 22                        |
| 03 - Falta de envolvimento dos índios no planejamento das ações   | 08 - Indefinição quanto a: Comissão Permanente de Sindicância; Técnicos de Meio Ambiente; Registro                          |
| 04 - A não participação do público-meta na elaboração do projeto - consulta às bases                        |   |
| 05 - Para o melhoramento do manejo sustentável dos recursos naturais não há recursos financeiros evidentes. |   |

***Complementações feitas pelo Grupo C***

- |   |   |
|---|---|
| 01 - Papel só consultivo da Comissão Paritária                          | 05 - Assincronia da Cooperação Técnica e Financeira                                   |
| 02 - Não inclusão dos Governos de Estado na Comissão Paritária          | 06 - Centralização do PPTAL na CGPE   |
| 03 - A não obrigatoriedade da lista de prioridades das Terras Indígenas | 07 - Não tem mecanismo para garantir a articulação com o INCRA                        |
| 04 - Já existe POA sem conhecimento das ADR's nem da CPC                | 08 - Falta de recursos para o seguimento do registro das Terras Indígenas homologadas |

**Grupo A*****Pontos fortes aceitos pelo Grupo A***

- |   |  |
|---|--|
| 01 - Maior presença dos indígenas na execução do PPTAL                        | 08 - Processo participativo na execução do projeto         |
| 02 - Possibilitar alteração da lista de prioridades em situações emergenciais | 09 - Facilita cumprir exigências da Constituição de 88     |
| 03 - Preocupação com a participação dos índios                                | 10 - Existência da Comissão Paritária Consultiva           |
| 04 - Aumenta pressão à FUNAI para entrosar-se com outros órgãos estatais      | 11 - Indenização junto com a demarcação                    |
| 05 - Incluir na identificação avaliação ambiental                             | 12 - Participação da população rural no LVA e assentamento |
| 06 - Possibilitar um melhor conhecimento dos recursos naturais                | 13 - Comissão Paritária com representação indígena         |
| 07 - Facilita avaliação mais ampla das forças pró-índio                       | 14 - Todo o sub-componente "Estudos"                       |
|   | 15 - Demarcação feita pela comunidade indígena             |
|   | 16 - Curso de indigenismo para servidores                  |

**Grupo B*****Pontos fortes aceitos pelo Grupo B***

- |  |   |
|--|---|
| 01 - SIG, se bem utilizado por pessoal capacitado  | 04 - II objetivos: Itens 2, 3 e 4; III Custo e Financiamento: itens 5 e 7 |
| 02 - Possibilidade de implementar planos de vigilância antes da demarcação                               | 05 - Melhor condição de vida aos indígenas                                |
| 03 - Possibilidade de participação das comunidades, através de reconhecimento das organizações indígenas | 06 - Preservação da natureza  |

***Complementações feitas pelo Grupo B***

- |   |  |
|---|--|
| 01 - Demarcação conduzida pelos índios interessados | 05 - Envolvimento dos índios na fiscalização das áreas |
| 02 - Avaliação ambiental nos GT's de identificação  |  |

**Grupo C*****Pontos fortes aceitos pelo Grupo C***

- |  |  |
|--|--|
| 01 - Incluir o levantamento ambiental na identificação e delimitação das Terras Indígenas          | 05 - Possibilitar a contratação de técnicos para identificação e delimitação |
| 02 - Introdução de discussões sobre a questão ambiental  | 06 - Permitir a capacitação de técnicos da instituição                       |
| 03 - Disponibilizar recursos para todas as fases do processo de regularização das terras indígenas | 07 - O envolvimento da população indígena na proteção das terras             |
| 04 - O financiamento dos trabalhos de campo  | 08 - A possibilidade de participação ampla                                   |

***Complementações feitas pelo Grupo C***

- |   |   |
|---|---|
| 01 - Possibilidade de alterar a lista de prioridade em casos emergenciais | 02 - Participação da população rural no LVA e Plano de Assentamento |
|---|---|



### **IX.2. - A Técnica de "ataque e defesa"**

Para uma melhor compreensão do Projeto, foi, ainda, aplicada a técnica de "ataque e defesa".

O Grupo foi, então, dividido em dois sub-grupos, colocados frente a frente. Inicialmente, um deles teve a missão de levantar questões negativas do Projeto, cabendo ao outro defendê-lo; a seguir, houve um revezamento de papéis. Neste procedimento, optou-se pela colocação individual de posições, para que fosse propiciada a participação de todos.

Abaixo, estão transcritos resumos dos diálogos estabelecidos, procurando-se manter fiel à fala dos participantes.

**Ataque: Como o Projeto vai conseguir encaminhar e gerenciar os Planos de Vigilância? Como vai envolver os índios?**

*Defesa: Isso é difícil mas não impossível, depende da forma como o Projeto for conduzido e como a FUNAI se colocar nesse contexto. A FUNAI vive muito situação de momento e isso dificulta o trabalho. A vigilância é importante para os índios, ainda que eles, a princípio, possam ter dificuldades em participar desses planos. Mas esses dois princípios são básicos para o sucesso desses Planos de Vigilância: o interesse dos índios, embora possam ter problemas em relação ao como fazer; e o grau de compromisso, boa vontade e empenho dos servidores da FUNAI na região.*

**Ataque: O Projeto é autoritário e tem apenas uma fachada democrática, o que é uma mentira. A participação ampla de que fala é uma balela e a prova disso é que os interessados não foram avisados antes.**

**Defesa:** *Todos já pegamos este Projeto pronto. O que estamos tentando é operacionalizar. E nada é imutável, qualquer instrumento público é mutável, e deve ser mudado se não estiver servindo aos interesses dos índios.*

**Ataque:** *Há sérias dúvidas quanto à participação neste Projeto. Não há previsão de recursos para se fazer consultas a Grupos e organizações possivelmente envolvidos nas diversas áreas. Também a parte de manejo não está clara; os índios foram promovidos a patrulheiros da bio-diversidade de suas áreas.*

**Defesa:** *O Projeto está bem concebido e já está aprovado. Algumas coisas podem ser mudadas se existe vontade política. Ainda há tempo de se fazer interação com as ADR's. O próprio decreto pode ser mudado. Os recursos não estão programados. Tudo depende de vontade política, e vontade política nós é que fazemos.*

**Ataque:** *Como fazer vigilância eficiente com o mínimo de recursos? Além do mais, o Projeto não prevê recursos para outras áreas como educação e auto-sustentação.*

**Defesa:** *O Projeto deve se restringir a ele mesmo, a seu propósito. Nós já pegamos o Projeto pronto. Tudo tem princípio, meio e fim. Quanto à vigilância, quem toma conta da gente é a gente mesmo; o recurso é pequeno, mas a potencialidade das comunidades é grande. Isso é um ponto forte, que as comunidades se envolvam com a vigilância e ocupação de suas áreas.*

**Ataque:** *Mas como as comunidades vão querer se envolver, se não têm sustentação?*

**Defesa:** *Quem defende a casa é o dono dela. Há comunidades que já estão fazendo isso, mudando aldeias de lugar, etc. Esta realidade de*



*pressão sobre áreas e de defesa de território não é só brasileira, é mundial. As comunidades devem ser conscientizadas para se defender.*

**Ataque:** O objetivo principal deste Projeto era demarcar as áreas para cumprir a Constituição de 1988. Como a falha básica - falta de participação - pode agora ser consertada? Será que vamos topar manter o papo de participação e auto-sustentação?

*Defesa:* De fato, a demarcação é a prioridade - o Projeto foi desenhado num momento político em que isso era prioridade e continua sendo, dentro dos direitos indígenas. Os executores do Projeto têm uma ferramenta para fazer acontecer as "palavras bonitas" - participação, envolvimento das comunidades... Cabe aproveitar os ganchos agora, na operacionalização. Pouco recurso pode ser um ponto negativo ou positivo, porque significa que o paternalismo vai deixar de existir. Ou a FUNAI e comunidades indígenas tomam a si o Projeto, ou ele não vai acontecer. Há exemplos de Projetos que tiveram muitos recursos mas nem por isso deixaram saldo de melhora na qualidade de vida das populações.

**Ataque:** Se não há recursos para participação, como as lideranças vão viajar para reunir-se, para participar?

*Defesa:* Somos um país de terceiro mundo. Não vamos resolver as questões sem criatividade e temos que ser profissionais. Os índios têm que ser preparados para enfrentar a realidade crua e nua. O Projeto pode ser executado bem, os executores devem adequar o Projeto. O índio - se a terra dele for invadida - vai pegar a canoa, o ônibus, o que puder, e vai avisar. Os índios têm que saber que são responsáveis por suas áreas. Na realidade, as áreas mais invadidas são as de maior interação com a comunidade envolvente. O dinheiro da vigilância deveria ser usado mais com conscientização que com equipamento.

*É claro que cada caso é um caso, e há situações em que é o Estado quem tem que fazer a vigilância sozinho, porque seria impossível para os índios, como no caso dos Cararáó. O trabalho da FUNAI é lento e gradual; se os índios se conscientizam, sobra mais tempo para a FUNAI e o estado trabalharem em áreas onde têm que atuar mais intensamente, como a acima citada. E não se pode esquecer que a população indígena cresce, se há atuação de saúde, educação, etc. O Projeto não pode ser visto de forma isolada, mas dentro de uma visão de política indigenista.*

**Ataque:** O maior problema do Projeto é que não houve uma estratégia de envolvimento e convencimento dentro da própria FUNAI. E agora, qual a estratégia para convencer as pessoas que serão envolvidas na sua execução?

**Defesa:** *Isso vem de todo um passado da FUNAI, sempre as coisas são de cima para baixo. Houve outros Projetos em que a situação ainda foi pior, menos participativa. Hoje já há um pouco de participação, embora não haja recursos para isso e portanto essa participação aconteça de forma reduzida. Mas esse pequeno envolvimento que está havendo aqui deve ser estendido, levado às ADR's, não esperar que todos venham aqui a Brasília. Assim este ponto fraco do Projeto poderá ser superado.*

**Ataque:** Há objetivos do Projeto que não têm mecanismos para se resolver. Por exemplo, como o Projeto prevê compatibilizar manejo tradicional das Terras Indígenas com uso de tecnologias apropriadas?

**Defesa:** *Esse objetivo está diluído no Projeto como um todo, em sua concepção geral. Há um certo vício da FUNAI de considerar vigilância e demarcação só das formas clássicas. A concepção de vigilância do Projeto é muito mais ampla - inclui quaisquer atividades que venham*



*a contribuir para a garantia do território, seja atividade produtiva, estudo de manejo, etc. Todas essas ações irão contribuir para atingir esse objetivo.*

**Ataque:** O Projeto tem como objetivo melhorar a qualidade de vida das populações indígenas, mas demarcar as áreas não significa melhoria da qualidade de vida.

*Defesa:* Isso é uma questão de concepção pessoal. Para mim, demarcação e garantia de área sempre significaram melhoria da qualidade de vida.

**Ataque:** Nas áreas demarcadas e em que os índios têm de fato o domínio, a qualidade de vida das comunidades vai mal e o ecossistema não é conservado.

*Defesa:* Minha concepção é outra. Historicamente, o primeiro passo para a melhoria da qualidade de vida é a demarcação. Não resolve o problema de interação e inserção com a comunidade envolvente, mas dá o primeiro passo, alivia a tensão.

**Ataque:** No Acre, por exemplo, as áreas já estão demarcadas, mas o problema é como sobreviver com a economia extrativista de borracha, castanha...

*Defesa:* A finalidade do Projeto é demarcar. Não podemos misturar Projeto de demarcação com os de auto-sustentação. A FUNAI deve entrar com contrapartida para auto-sustentação; isso é obrigação da instituição, e para isso há que se ter vontade política. Isso é o papel da FUNAI, não do Projeto, que é só de demarcação.

*Defesa:* O Projeto visa contribuir, não resolver. Prevê realizar planos de vigilância e auto-sustentação. O Projeto de Cooperação Técnica visa

*apoiar esta parte. Um Projeto não pode nem vai substituir as obrigações do Estado.*

**Defesa:** *Tudo do Projeto gravita em torno da questão central que é demarcação.*

**Ataque:** **O grande problema dos Projetos na Amazônia é criar expectativas que depois não se cumprem. Todos os outros Projetos fracassaram e este corre o mesmo risco.**

**Defesa:** *Seria uma opção reduzir o número de áreas a serem identificadas/demarcadas para cobrir, com os recursos existentes, as demandas totais das áreas? Hoje o momento político é desfavorável à demarcação das áreas indígenas. Que fazer? Aproveitar para demarcar o máximo de áreas ou reduzir o número e fazer Projetos mais abrangentes para umas poucas?*

**Ataque:** **Embora o forte do Projeto seja a regularização fundiária das Terras Indígenas, não há a participação do INCRA/Ministério da Agricultura no Projeto. Por que?**

**Defesa:** *A relação FUNAI/INCRA sempre foi complicada. É mais fácil negociar direto com organizações rurais, sindicatos, que com o INCRA. Não há vontade política nesse sentido. O INCRA sempre preferiu reduzir as áreas indígenas que reassentar os ocupantes não-índios. Tentar trabalhar com o INCRA atrasaria a operacionalização do Projeto.*

**Ataque:** **Mas a articulação com o INCRA, que é necessária, vai ou não ser feita, e como?**

**Defesa:** **INDEFENSÁVEL**



**Ataque:** A contrapartida do Governo Brasileiro é de 10% do total do Projeto. No Convênio de 1995 o Governo Brasileiro entrou com a maior parte dos recursos; onde entra o dinheiro estrangeiro? Não há nada escrito a não ser que o desembolso será de 1995 a 2000, sem cronograma de liberação. O Projeto deveria ter um cronograma de desembolso ano a ano, amarrando o compromisso do dinheiro estrangeiro. Isso foi uma falha técnica da Missão Brasileira?

*Defesa:* O dinheiro dos doadores já está disponível. Há acordos bilaterais assinados; só falta o Senado aprovar a ratificação do acordo, que já passou pela Câmara. O atraso nesse processo é do Governo Brasileiro. Outro problema é a inadimplência da FUNAI com o INSS, que está atrasando a assinatura do convênio entre o MMA e a FUNAI para repasse dos recursos. No caso da contrapartida do Governo Brasileiro ao projeto, se a FUNAI adiantar recursos para identificações e demarcações previstas no Projeto, ela será ressarcida.

**Ataque:** Mas não poderia ser levado ao Congresso uma minuta de cronograma de desembolso ano a ano?

*Defesa:* O cronograma existe, mas ele não é tão importante. Os recursos alemães já estão depositados no Banco Mundial à disposição do Governo Brasileiro, os mecanismos de desembolso já estão claros e já foi assinado o acordo FUNAI/KfW.

**Ataque:** A previsão de desembolso é rápida e fácil?

*Defesa:* Tem que ser apresentado um POA e aprovado pelos dois Bancos. Eles não podem dizer que não há recursos. Que os recursos não estejam amarrados ano a ano é inclusive um ponto forte do Projeto, porque dá ao executor possibilidade de usá-los de acordo com sua

*necessidade. Caso fosse amarrado ano a ano o desembolso, se o executor não gastasse o previsto, perderia os recursos.*

**Ataque:** *A questão da comunicação, como a da participação, são deficiências crônicas da FUNAI. Como o Projeto espera melhorar a participação indígena?*

**Defesa:** *Isso está ligado à estratégia de execução do Projeto. É preciso ter o convencimento prévio das pessoas.*

**Defesa:** *Existe o aporte da Cooperação Técnica para o gerenciamento do Projeto; gerenciamento e participação andam juntos.*

**Defesa:** *Cada fase do Projeto terá seu momento de reavaliação. Isso é, fase a fase, não dá para fazer tudo de uma vez. O planejamento terá que ser revisto a cada fase.*

**Ataque:** *Como o Projeto vai cumprir a Lista de Prioridades das Áreas Indígenas encaixando dentro da DAF e se não há mecanismos para cumprir essas prioridades, como as portarias declaratórias?*

**Defesa:** *Isso é um problema político e terá que ser resolvido politicamente. Os atores são FUNAI, os doadores, o Ministério da Justiça, o Presidente da República...O Projeto tem que enfrentar a realidade política.*

**Ataque:** *O desconhecimento do Projeto pelas bases dificultará sua execução. Quais as medidas que estão sendo pensadas pela gerência para minimizar ou superar isso?*

**Defesa:** *O Projeto como está, abre ou não a possibilidade de reverter certos aspectos? Vale ou não a pena gastar esforço nisso? Esta Oficina vai ajudar a planejar as ações da Cooperação Técnica. E não podemos demorar muito, senão os recursos demoram ainda mais para sair.*



**Ataque:** Quais são as estratégias para abrir essa discussão às ADR's e aos índios?

*Defesa:* É papel desta Oficina fazer estas propostas. Jogar de volta para Brasília é repetir o mesmo jogo.

**Ataque:** Que mecanismo concreto o Projeto tem para superar esta falha?

*Defesa:* O Projeto da Cooperação Financeira não apresenta nenhum mecanismo. O que podemos fazer é definir o que a Cooperação Técnica pode fazer para resolver isso.

**Ataque:** O Projeto prevê consultorias para elaborar "modelos", como por exemplo o levantamento ambiental. Mas o POA teve que ser feito antecipadamente para a liberação dos recursos - isso não "engessa" a participação, a obtenção dos modelos?

*Defesa:* O POA pode ser mudado; a única exigência é que se saiba o que se vai fazer e mais ou menos quanto custa.

**Ataque:** As regionais, de agora em diante, poderão participar também no planejamento? Temos que ouvir as pontas, as bases. temos que fazer parceria com nós mesmos, com a FUNAI.

**Ataque:** Se não podemos fazer nada, então não tem sentido estarmos aqui.

*Defesa:* Existe uma situação de fato, em que todos nós permitimos que a instituição nos "coma" nas tarefas diárias e acabamos por não fazer o que nos propusemos. Mas aqui a questão é outra. Temos um Projeto cheio de defeitos, mas com boas possibilidades. A questão é: temos condição, competência, para trabalhar com isso, ou não?

Durante as discussões efetuadas, nem sempre foi mantida a regra estabelecida de que um participante atacasse o Projeto e outro o defendesse, como pode ser verificado pela existência de mais de uma "defesa" para um só "ataque" ou vice versa. Isto ocorreu, parece-nos, não apenas pelo fato de alguns participantes terem maior segurança quanto à proposta do projeto, como pelo natural entusiasmo que o assunto despertou.

Acreditamos ter sido esta discussão um momento rico da Oficina. Ao se colocarem como "defensores", os participantes tinham que pensar em alternativas para superar os problemas apresentados pelo Projeto. Em certo momento chegou-se a uma questão considerada "indefensável", o que mostra um ponto de estrangulamento. Resta saber se este é realmente importante para a execução da proposta.

### ***IX.3. - Proposta de Operacionalização***

A partir desta fase de informações e reflexões sobre o Projeto, o Grupo já possuía dados suficientes para propor a forma de sua operacionalização, com o que se obteria o outro produto planejado para a Oficina: "plano de atividades elaborado".

Para tal, previu-se a divisão do Grupo em três subgrupos, sendo que a cada um deles caberia o detalhamento de dois subcomponentes do Projeto, a partir da análise de atividades delineadas nos documentos: Projeto, Ajuda Memória e Convênio MMA-FUNAI.

A tarefa dos subgrupos foi claramente explicitada em painei.

#### ***Tarefa: Proposta de Atividades***

##### ***Passos***

- |  |  |
|--|--|
| 01 - Ler Ajuda Memória e Projeto - Partes referentes aos temas de cada Grupo; Convênio MMA/FUNAI | 03 - Sugerir modificações e complementar com outras atividades se for o caso |
| 02 - Analisar, em Grupo, as atividades propostas   | 04 - Visualizar o trabalho!  |



A recomendação foi no sentido de que os participantes se integrassem no Grupo em cujos temas tivessem maior conhecimento e experiência prática.

Na verdade, o que ocorreu, neste primeiro momento, foi que, de uma maneira geral, os Grupos não seguiram a orientação dada em plenária. Nem todos os Grupos foram formados por pessoas que entendiam dos temas em análise e, com exceção do Grupo B, não houve objetividade quanto à elaboração de atividades, numa seqüência de passos lógicos, para a operacionalização dos sub-componentes.

As discussões nos Grupos foram longas e houve dificuldade de entendimento do que seriam "atividades". Dois dos três Grupos trabalharam com uma análise mais genérica dos temas propostos e não chegaram, nesse primeiro momento, a estabelecer as atividades. Houve muitas recomendações de ordem geral (por exemplo, o Grupo A fez recomendações quanto a Capacitação, Prazos, Parcerias, Gerenciamento e Política) e outras observações quanto ao texto do Projeto, como no caso do Grupo C.

Cada Grupo trabalhou de uma maneira, com uma dinâmica própria.

### Grupo A

O Grupo A composto por Noraldino, Fernando, Neila, Augusto e Regina trabalhou com os temas "Identificação/Delimitação e Meio-Ambiente".

O Grupo apresentou uma listagem de ações com seus respectivos responsáveis que abrangem mais questões de conteúdo do trabalho do GT de identificação, do antropólogo e do técnico ambiental do que atividades a serem diretamente desenvolvidas pelo Projeto. Há, portanto, uma mescla de atividades, recomendações e sugestões.

**Grupo A****Identificação/Delimitação  
Melo Ambiente****Responsável**

01 - Laudo Antropológico ou Estudo etnohistórico	01 - Antrop
1.1. - Assegurar participação dos indigenistas que têm experiência de convívio com os índios envolvidos	1.1. - GT
02 - Estudos das formas de apropriação territorial pelos índios	02 - Antrop.
03 - Etnozoneamento	03 - T. Amb./Antrop.
04 - Levantamento das atividades não indígenas na Terra Indígena e entorno	04 - T. Amb.
05 - Estudo potencialidades de cultura e ambiente para atividades de geração de renda	05 - T. Amb./Antrop.
06 - Levantar áreas degradadas a serem recuperadas	06 - T. Amb..
07 - Levantamento de planos e ações de Estado e particulares no entorno e na Terra Indígena	07 - GT
08 - Estudo cartográfico	08 - GT
09 - Indicar disposições sócio-políticas e de calendário dos grupos indígenas para a demarcação física	09 - GT
10 - Confeccionar e entregar relatório	10 - GT
11 - Analisar relatório	11 - Coord. Análise
12 - Avaliar as indenizações de benfeitorias	12 - Com. Sindicância
13 - Apresentar relatório à população indígena	
14 - Publicar relatório no D.O.U.	
15 - Encaminhar portaria declaração de posse	

**Recomendações****Capacitação**

01 - Capacitação específica ao nível regional e local	03 - Fortalecer uso de imagens satélite e outras tecnologias
02 - Capacitação dos integrantes do GT para levantamento fundiário	04 - Mobilizar recursos "dormentes" na FUNAI

**Prazos**

01 - Estabelecer prazos para produzir pareceres na FUNAI	03 - Não desvincular laudo antropológico do trabalho GT
02 - Flexibilização de prazos para os trabalhos de campo	

**Incentivar Parceria**

01 - Gestionar maior envolvimento dos estados	03 - Gestão junto a universidades e centros de excelência para incentivar trabalhos nas T. Ind. a identificar
02 - Avisar a tempo os estados referente às T. Ind. a serem identificadas	04 - Gestionar maior cumprimento do INCRA a reassentar

**Gerenciamento & Política**

01 - Garantir participação dos índios e não-índios afetados	04 - Melhorar atuação da Comissão de Análise
02 - Adequação da portaria 234/91 (identificação...)	05 - Descentralizar contratação de consultores para PPTAL
03 - Não obrigatoriedade do antropólogo ser funcionário federal ou de instituição federal	



### Grupo B

O Grupo B composto por Reinaldo, Eliza, Sandra, Naeff e Slowacki apresentou as seguintes sugestões de atividades e sub-atividades:

#### Grupo B

#### **Demarcação e Regularização**

##### Atividades

- |  |  |
|--|--|
| 01 - Identificar grau e forma de participação indígena     | 08 - Elaborar as peças técnicas                                    |
| 02 - Identificar método de demarcação                      | 09 - Encaminhar para homologação                                   |
| 03 - Elaborar o plano operacional                          | 10 - Encaminhar para registros cartório / SPU                      |
| - Licitar serviços demarcatórios                           | 11 - Preparar plano de indenização                                 |
| - Firmar convênios com instituições executoras             | 12 - Pagar as indenizações   |
| - Executar por administração direta                        | 13 - Proceder à desintrusão da área                                |
| 04 - Realizar levantamento topográfico                     | 13.1. - Articular com o INCRA e STR o reassentamento dos ocupantes |
| 05 - Materializar os limites estabelecidos                 | 13.2. - Acionar Polícia Federal e IBAMA                            |
| 06 - Fiscalizar a execução dos trabalhos demarcatórios     | 13.3. - Mover ação judicial se necessário                          |
| 07 - Julgar a intenção da ocupação "de boa fé ou de má fé" |  |

#### **Vigilância e Proteção**

##### Atividades

- |  |  |
|--|--|
| 01 - Elaborar planos de vigilância   | 02 - Submeter o Plano à CPC                  |
| 1.1. - Preparar os índios para assumir a proteção                                  | 03 - Adequar o plano se necessário           |
| 1.2. - Identificar grau e forma de participação indígena                           | 04 - Executar o Plano                        |
| 1.3. - Definir com os índios estratégias de ocupação e desenvolvimento sustentável | 05 - Monitorar e avaliar a execução do Plano |
| 1.4. - Definir as ações de competência do Estado                                   |  |

### Grupo C

O Grupo composto por Serejo, Paulo, Raquel, André e Ronaldo analisou os sub-componentes "Apoio ao gerenciamento" e "Estudos e Capacitação" e se ateve a apresentar algumas sugestões e recomendações, sem a preocupação com o enfoque operacional.

**Grupo C**

**Apoio ao Gerenciamento**

01 - Criar Coord. Técnica nas ADR's  
02 - Criar Comissão Paritária nas ADR's

03 - Convocar Coord. Téc. Reg. para reunir com a Comissão Paritária quando pertinente  
04 - Participação da Coord. Téc. Reg. nos POA's

**Capacitação**

01 - Incluir os demais servidores do âmbito do PPTAL nos cursos de capacitação  
02 - No programa do treinamento conceituar inculturação

03 - Participação do RH nos treinamentos contratados  
04 - Capacitar lideranças indígenas (execução, acompanhamento e avaliação do Projeto)

**Outras Observações**

01 - Definir corretamente o papel da Cooperação Técnica  
02 - Revisão na pág 29 (Decreto nº 23 foi revogado)

03 - Organização indígena (Associações e práticas associativas - pág. 25)  
04 - Problemas específicos (Construção de hidroelétricas - pág. 24)

Após uma plenária em que o painel de cada Grupo foi apresentado e discutido, os sub-grupos voltaram a se reunir, para, com base nas sugestões recebidas, elaborar atividades, sub-atividades, responsáveis, dificuldades, alternativas de solução ou recomendações para cada subcomponente do Projeto.

Ao desenvolverem esta tarefa os participantes julgaram pertinente incluir o item pré-requisitos.

Novamente, a dinâmica do trabalho foi diferenciada em cada Grupo.



### Grupo A

O Grupo A - "Identificação/Delimitação" e "Meio Ambiente" - apresentou sua proposta de atividades dividida em três momentos: atividades prévias às ações de Identificação/Delimitação, atividades que devem ocorrer paralelamente ao trabalho de identificação e atividades relativas à identificação propriamente dita.

O Grupo demonstrou, então, objetividade na sua proposta, detalhando passos operacionais necessários à obtenção dos resultados propostos. Houve a tentativa de um desdobramento de atividades em sub-atividades que, embora não esteja perfeita do ponto de vista técnico, mostra a preocupação dos participantes em assegurar sua proposta de execução dos sub-componentes com os quais trabalharam.

**Grupo A**  
**Temas:**  
**Identificação e Delimitação**  
**Meio-ambiente**

#### Proposta de Atividades

<b>Atividades/Sub-Atividades</b>	<b>Resp.</b>	<b>Dificuldades</b>	<b>Alternativas</b>
<b>Atividades prévias</b>			
A.1. - Juntar as informações disponíveis local e regionalmente sobre T.I. a identificar			
S.A.1.1. - Levantar capacidade e disponibilidade técnica local e regional	ADR	Má distribuição de funcionários na ADR's	Estudo regional das potencialidades de pessoal
S.A.1.2. - Articular com universidades e outras instituições	ADR	Ausência de pessoal	Contratação por atividade Convênios com universidades para estágios
S.A.1.3. - Avisar a tempo os estados/INCRA das identificações	ADR	Funcionamos à base da emergência	
A.2. - Preparar servidores e índios em todos os níveis para identificação			
S.A.2.1. - Avisar a tempo os povos indígenas afetados	ADR	Falta de comunicação e articulação na FUNAI	
S.A.2.2. - Promover encontros com a população indígena	ADR/RH-DAM	Verba não está disponível	
S.A.2.3. - Promover capacitação específica dos servidores	ADR/RH-DAM		
A.3. - Definir composição do grupo técnico			
S.A.3.1. - Gestionar com o estado presença do órgão de terras	ADR		
S.A.3.2. - Gestionar presença do INCRA	ADR		
S.A.3.3. Convocar indigenista ou servidor ou outra pessoa que melhor conheça P.I.	ADR		
A.4. - Elaborar os termos de referência			
S.A.4.1. - Por à disposição metodologia ambiental geral	DPI	Falta ainda estudo "metodologia ambiental" Falta critério ambiental suficientes	Encomendar estudo (previsto no item III)
S.A.4.2. - Identificar requerimentos específicos da T.I.	DPI/ADR		
A.5. - Avaliar os custos			
A.5.1. - Levantar os meios de acesso até e na área	ADR		
A.5.2. - Estimar tempo necessário	DID/ADR/ DPI		
A.5.3. - Prever o custo de material cartográfico, imagens de satélite, análises de solo, cartório, etc.	ADR/ DEM/DAF		

<b>Atividades Paralelas</b>		
A.6. - Revisar e adequar legislação e as normas de identificação		
S.A.6.1. - Adequar decreto 22 e sucessor	DAF.PJ	Sucessor 22 já encaminhado
S.A.6.2. - Adequar lei 8.112 - estatuto do servidor público	DAM	Servidor não é liberado de suas obrigações
S.A.6.3. - Adequar portaria 239	ADR, DID, DPI	
S.A.6.4. - Estabelecer prazos para pareceres da FUNAI	ADR, DID, DPI	Ninguém respeita, ninguém cobra
A.7. - Fortalecer a coordenação de análise		
S.A.7.1. - Capacitar C.A. em qualidade total	RH.DAM	
S.A.7.2. - Aumentar número de funcionários da C.A.	RH.DAM	Remanejar funcionários da FUNAI

**Grupo A**  
**Temas:**  
**Identificação e Delimitação**  
**Meio-ambiente**

**Proposta de Atividades**

<b>Atividades/Sub-Atividades</b>	<b>Resp.</b>	<b>Dificuldades</b>
<b>Identificação propriamente dita</b>		
A.1. - Emitir portaria do GT		
S.A.1.1. - Conseguir identificação dos funcionários do INCRA e do estado	ADR/DID	
A.2. - Contratação de pessoas externas		
S.A.2.1. - Identificar pessoas indicadas	DID	Disponibilidade de pessoas no período adequado
S.A.2.2. - Conseguir aval KfW / BIRD dos termos de referência		Correr atrás consultor GTZ
A.3. - Acompanhar e apoiar trabalho do GT		
S.A.3.1. - Arrumar segurança	ADR	
S.A.3.2. - Entrar na justiça com ações	ADR/PJ	
S.A.3.3. - Apoio logístico	ADR	
A.4. - Elaborar relatório		
S.A.4.1. - Aquisição de equipamento	Coord. do GT	Numerários
A.5. - Analisar relatório	DID/Coord. de Análise	Falta quantidade e qualidade de recursos humanos
A.6. - Avaliar as indenizações de benfeitorias	Com. Sindicância	Membros da Comissão de Sindicância estão com outras obrigações
A.7. - Apresentar relatório às populações indígenas	ADR/DID	
A.8. - Publicar relatório no D.O.U	DID/DAF	
A.9. - Encaminhar portaria declaratória de posse	DID/DAF	



### Grupo B

O Grupo B completou o painel elaborado anteriormente, acrescentando os responsáveis pelas atividades e sub-atividades dos sub-componentes “Demarcação e Regularização” e “Vigilância e Proteção”. Como o Grupo A, o B também se preocupou com o desdobramento das atividades. Apesar de necessitar de revisão e complementação este detalhamento já oferece alguma base para um futuro Plano Operacional.

O Grupo optou por listar dificuldades e recomendações gerais para a obtenção de seus resultados, sem vinculá-las às atividades.

**Grupo B**  
**Tema:**  
**Demarcação e regularização**

**Pré-requisitos:**

Levantamento fundiário      Identificação/delimitação      Portaria declaratória

### Proposta de Atividades

<b>Atividades/Sub-Atividades</b>	<b>Responsáveis</b>
A.1. - Identificar grau e forma de participação indígena	GT de identificação. Indigenista com conhecimento do grupo
A.2. - Identificar método de demarcação	GT de identificação. Indigenista com conhecimento do grupo
A.3. - Elaborar o Plano Operacional	GT de identificação. Indigenista com conhecimento do grupo
- Licitar serviços demarcatórios	Comissão especial de licitação
- Fimar convênios com instituições executoras	Presidência FUNAI
- Executar por administração direta	DAF e ADR
A.4. - Realizar levantamento topográfico	Firma contratada, instituição conveniada, técnicos da FUNAI
A.5. - Materializar os limites estabelecidos	Firma contratada, instituição conveniada, técnicos da FUNAI
A.6. - Fiscalizar a execução dos trabalhos demarcatórios	Técnicos da FUNAI
A.7. - Julgar a intenção da ocupação *de boa ou de má fé*	Comissão de Sindicância
A.8. - Elaborar as peças técnicas	DAF
A.9. - Encaminhar para homologação	Presidência da FUNAI
A.10. - Encaminhar para registros cartório/SPU	DAF
A.11. - Preparar plano de indenização	DAF, ADR, STR
A.12. - Pagar as indenizações	ADR
A.13. - Proceder à desintrusão da área	
S.A.13.1. - Articular com o INCRA e STR o reassentamento dos ocupantes	DAF e ADR
S.A.13.2. - Acionar Polícia Federal e IBAMA	DAF e ADR
S.A.13.3. - Mover ação judicial se necessário	Procuradoria jurídica



<b>Dificuldades</b>	<b>Recomendações</b>
Emissão da portaria declaratória sujeita a pressões políticas	Estabelecer prazo para emissão de portaria declaratória
Atender prazos estabelecidos por deficiência de pessoal (quantitativa e qualitativa)	Contratação de técnicos temporários Promover capacitação dos servidores
Demora na anulação de títulos incidentes nas Terras Indígenas Dificuldade no entrosamento entre FUNAI e INCRA Possibilidade de ocupantes dificultarem a obtenção de dados para o levantamento fundiário	Envolver o INCRA, Institutos de Terra Estaduais e Sindicatos desde o início do processo de regularização
Interferências políticas na participação dos órgãos públicos na desintração e proteção das Terras Indígenas	
Lentidão na emissão de parecer pela Comissão de Sindicância	Criar Comissão de Sindicância especial para áreas do projeto Estipular prazos para emissão de parecer
	Mobilizar a comunidade indígena para aumentar o grau de participação na demarcação

**Grupo B**  
**Tema:**  
**Vigilância e Proteção**

**Pré-requisito:**

Existência de levantamento ambiental

**Proposta de Atividades**

<b>Atividades/Sub-Atividades</b>	<b>Responsáveis</b>
A.1. - Elaborar Planos de Vigilância	Comunidade indígena, ADR, DPI
S.A.1.1. - Preparar os índios para assumir a proteção	ADR
S.A.1.2. - Identificar grau e forma de participação indígena	indigenista com conhecimento do grupo GT Identificação
S.A.1.3. - Definir com os índios estratégias de ocupação e desenvolvimento sustentável	GT Identificação, ADR
S.A.1.4. - Definir as ações de competência do Estado	DPI, ADR
A.2. - Submeter o Plano à CPC	SETEC
A.3. - Adequar o Plano se necessário	Comunidade indígena, ADR, DPI
A.4. - Executar o Plano	Comunidade indígena, ADR, DPI
A.5. - Monitorar e avaliar a execução do Plano	SETEC, CPC, ADR, Avaliação independente

**Dificuldades**

01 - Limitação de recursos financeiros para aquisição de equipamentos  
02 - Falta de articulação entre FUNAI, IBAMA e Polícia Federal

03 - Persistência de ações paternalistas

**Recomendações**

01 - Buscar parceria de ONG's para elaboração e execução do Plano  
02 - Formar grupos técnicos multidisciplinares para elaboração dos Planos  
03 - Apresentar projetos de desenvolvimento sustentável junto ao PDA-G7

04 - O levantamento ambiental deve conter elementos que possibilitem propostas de auto-sustentação  
05 - Priorizar a participação dos funcionários de área nos cursos de capacitação em indigenismo  
06 - Incluir nos Planos cursos de capacitação para manutenção de equipamentos

### Grupo C

Este Grupo tomou um direcionamento bastante diferenciado dos dois primeiros, atendo-se a algumas sugestões e recomendações. A dificuldade sentida pelo Grupo na identificação de atividades do sub-componente "Apoio ao Gerenciamento" é compreensível uma vez que este trabalho necessita de conhecimentos específicos na área de administração de projeto que o Grupo não possui.

Sua preocupação quanto a esse tema foi a de deixar registrada a importância da participação, no Projeto, das unidades descentralizadas da FUNAI, das comunidades indígenas e demais atores envolvidos na questão, seja no plano dos estados ou regiões.

Quanto ao sub-componente "Capacitação" o Grupo chamou a atenção para a necessidade de se capacitar as comunidades indígenas, sobretudo suas lideranças.

Algumas críticas bastante pontuais ao Projeto, já formuladas quando da construção do primeiro painel, foram mantidas apesar de, em plenária, terem sido esclarecidas as questões que as envolviam.

**Grupo C**  
**Tema:**  
**Apoio ao Gerenciamento**

#### Plano de Atividades

<b>Sugestão</b>	<b>Pré-requisitos</b>	<b>Atividades a serem desenvolvidas pela Coordenação Técnica</b>	<b>Responsabilidade</b>	<b>Dificuldades</b>	<b>Alternativas</b>
Criar Coordenação Técnica nas ADR's (Membro(s) nas ADR's)	Ato de nomeação	Articular com as comunidades, soc. civil, instituições governamentais, posseiros	Membro da SETEC	Comunicação Infraestrutura	Equipar "Disciplinar a Comunicação"
		Acompanhar / avaliar as ações do Projeto	Membro da SETEC / Chefe PIN	Infraestrutura / Deficiência técnica e de pessoal	Equipar, capacitar e contratar
		Relatar as ações do Projeto à SETEC	Membro da SETEC	Deficiência técnica	Capacitação
		Estimular a participação das comunidades indígenas no Projeto	Membro da SETEC / Chefe PIN / Lideranças Indígenas / DFU	Comunicação / Problema cultural	Capacitação das lideranças indígenas
		Participar da Comissão Paritária se necessário	Membro da SETEC	Custos	Alocação de recursos
		Participar da confecção dos POA's	Membro da SETEC / DFU	Custos	Alocação de recursos



**Grupo C**  
**Tema:**  
**Capacitação**

**Plano de Atividades**

Sugestão	Pré-requisitos	Atividades	Responsabilidade	Dificuldades	Alternativas
Participação do CDRH nos treinamentos contratados	Utilização da estrutura de CDRH da FUNAI	Indicar metodologia	SETEC / CDRH	Pessoal	Contratação de consultores
		Participar na elaboração dos cursos	SETEC / CDRH	Pessoal	Contratação de consultores
		Execução e avaliação	SETEC / CDRH	Pessoal	Contratação de consultores
Capacitação das lideranças indígenas	Identificação do nível de dificuldade	Montagem, realização e avaliação de cursos	SETEC / ADR's	Custos	Alocação de recursos

**Recomendações**

- |   |   |
|---|---|
| 01 - Definir o papel da Cooperação Técnica                      | 04 - O Decreto nº 23 foi revogado - Pág 29              |
| 02 - Incluir demais servidores com atuação nas áreas do Projeto | 05 - No programa de treinamento conceituar inculturação |
| 03 - Organ. Indígena: Assoc. e Práticas Associativas - Pág 25   | 06 - Problemas específicos = Hidroelétricas - Pág 24    |

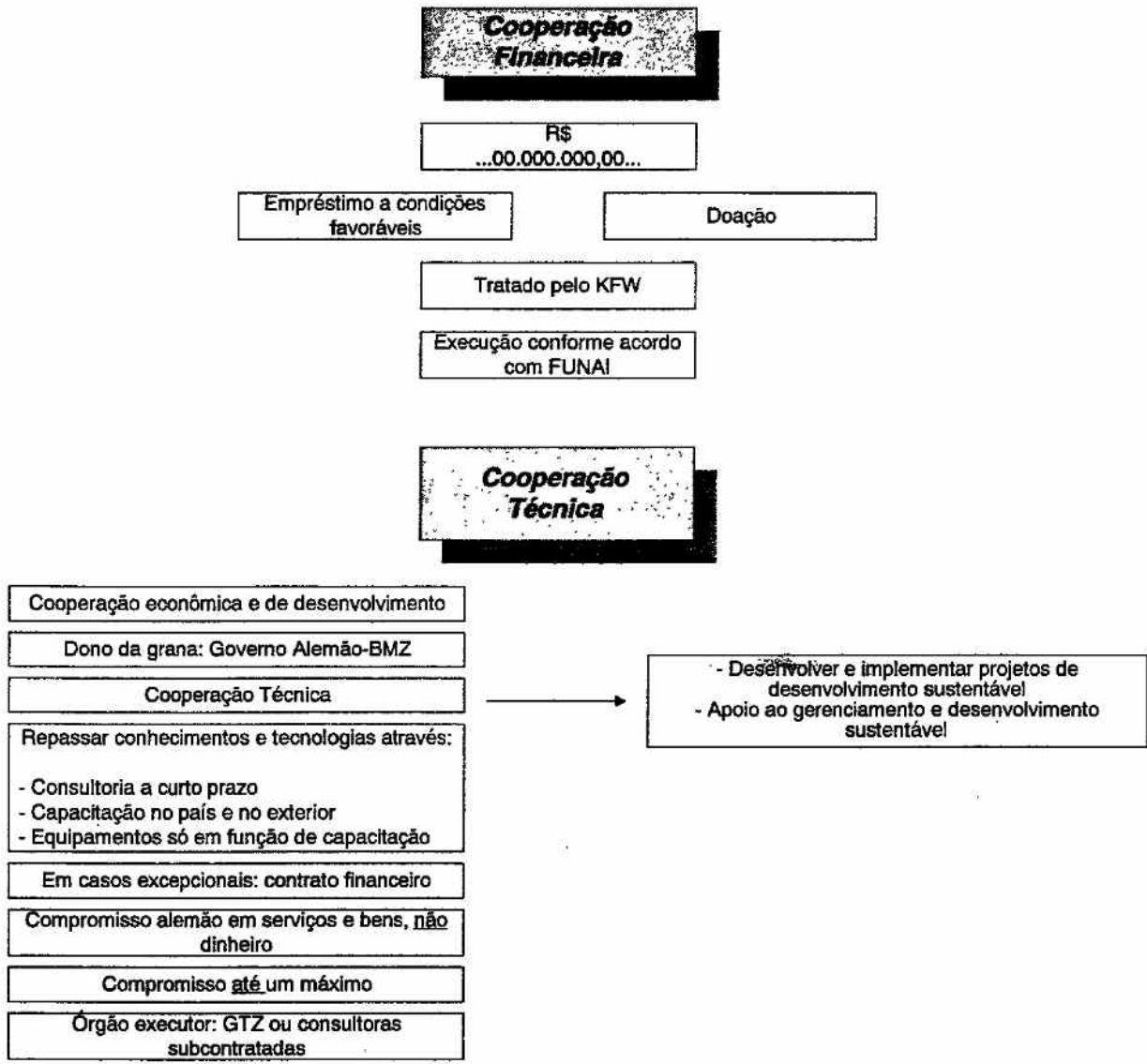
**X - O Papel da Cooperação Técnica**

Ao longo da Oficina surgiram várias dúvidas e questões sobre a Cooperação Técnica: o que é, qual o seu papel, o que se poderia esperar dela. Um dos Grupos de trabalho - o Grupo C - solicitou "definir o papel da Cooperação Técnica". De fato, o nível de informações gerais e específicas sobre o Projeto, por parte dos participantes, era muito desigual e, nas expectativas levantadas no início da Oficina, o desejo de obter informações apareceu com muita ênfase.

Foi então solicitado ao consultor da GTZ que apresentasse, de forma visualizada, o que é a Cooperação Técnica e qual o seu papel neste Projeto. Ele fez uma apresentação clara, concisa, muito bem humorada e bastante objetiva, seguindo este esquema visualizado em painel.



## Cooperação Financeira e Cooperação Técnica



## Procedimentos da Cooperação Técnica

- |  |   |
|--|---|
| <p>01 - Solicitação através da ABC</p> <p>02 - Nas negociações intergovernamentais se reservam fundos</p> <p>03 - Passam Itamaraty e MARREE alemão</p> <p>04 - BMZ pede avaliação preliminar da GTZ</p> <p>05 - GTZ prepara oferta de avaliação</p> <p>06 - BMZ encomenda GTZ a avaliar</p> <p>07 - GTZ: avalia com solicitante e grupo-meta</p> | <p>08 - Desenvolve proposta de projeto com solicitante mais grupo-meta</p> <p>09 - Prepara oferta da participação alemã no projeto</p> <p>10 - BMZ encomenda execução à GTZ (com alterações se for o caso)</p> <p>11 - MARREE e Itamaraty acertam convênio específico plano operativo, etc.</p> |
|--|---|

Estamos Aqui

Dezembro 1995

Ao final da exposição houve um pequeno debate no qual os participantes pediram mais esclarecimentos sobre as diferenças e papéis da Cooperação Financeira e da Cooperação Técnica, já que para a grande maioria dos presentes este era um tema absolutamente novo. Ao compreender o papel da Cooperação Técnica, os participantes criticaram o fato de esta Cooperação estar se dando muito tarde em relação ao projeto da Cooperação Financeira, que já está no início da fase de implementação. Puderam também ter uma visão mais clara do papel do consultor estrangeiro na FUNAI, do que foi solicitado à Cooperação Técnica (GTZ), do montante de recursos destinados a esta Cooperação (2,6 milhões de marcos alemães) e da necessidade de acelerar o processo de preparação da oferta e de sua aprovação.

### **XI - Avaliação Final**

A avaliação final da Oficina foi realizada pelos participantes, respondendo às questões: "o que foi bom" e "o que precisa ser melhorado" conforme transcrição abaixo:

#### **O que foi bom**

- |   |  |
|---|--|
| 01 - A participação das pessoas nos debates e trabalhos de grupo                  | 23 - A vontade de melhorar a atuação do corpo de funcionários da FUNAI demonstrada aqui  |
| 02 - As informações sobre o PPTAL   | 24 - Participação dos integrantes (quando presentes)   |
| 03 - O conhecimento das fases do PPTAL  | 25 - Elemento ataque e defesa  |
| 04 - Foi interessante em termos de trabalho                                       | 26 - Moderação   |
| 05 - O modelo aplicado permitir expressar opiniões, críticas, sem constrangimento | 27 - Bom nível de discussão  |
| 06 - O nível dos debates  | 28 - Participação da "área meio" da FUNAI  |
| 07 - O desempenho das moderadoras   | 29 - A sintonia do grupo   |
| 08 - A troca de experiência   | 30 - Interesse dos participantes   |
| 09 - Técnica aplicada   | 31 - Adquirir informações de áreas envolvidas  |
| 10 - Estruturação da Oficina  | 32 - A moderação   |
| 11 - O método da ficha  | 33 - Técnica aprendizagem  |
| 12 - Forma de condução dos trabalhos pelas consultoras                            | 34 - O local de realização da Oficina  |
| 13 - A experiência do grupo   | 35 - Conhecer e discutir a aplicação do projeto  |
| 14 - O conhecimento da Odília e Vanessa quanto ao projeto                         | 36 - A visualização  |
| 15 - A metodologia utilizada  | 37 - Tirar as dúvidas  |
| 16 - Relacionamento/trabalho de grupo   | 38 - A contribuição das ADR's  |
| 17 - Que uma fala franca foi aceita   | 39 - O projeto realmente é interessante. Os participantes deveriam ser informados com antecedência para que não haja atropelo e um melhor aproveitamento por parte dos participantes |
| 18 - Metodologia propicia a objetividade  | 40 - Companheirismo  |
| 19 - Entrosamento dos participantes   | 42 - Moderação   |
| 20 - Ter participado  |  |
| 21 - O diálogo franco dos integrantes da Oficina                                  |  |
| 22 - O conhecimento adquirido   |  |



### **O que precisa ser melhorado**

- |   |   |
|---|---|
| 01 - Documentos desconexos e alguns com coisas que não valiam mais      | 17 - A falta de impacto das avaliações (pontual)                                    |
| 02 - O tempo foi pouco  | 18 - O humor  |
| 03 - A pontualidade dos participantes                                   | 19 - Falta dos comitês em divertir  |
| 04 - A duração do evento em razão da abrangência e complexidade do tema | 20 - Subestimação do tempo necessário   |
| 05 - Nível de informações prévias                                       | 21 - O grau de participação das pessoas envolvidas                                  |
| 06 - A coluna da Odília   | 22 - A exposição e esclarecimentos quanto o objeto do trabalho no início da Oficina |
| 07 - Ausência de documentação importante para avaliar (POA)             | 23 - Pontualidade dos participantes   |
| 08 - Não avaliamos o convênio e a portaria da CGPE                      | 24 - Cumprimento do horário pelos participantes                                     |
| 09 - Mais tempo para discussões   | 25 - O tempo foi curto para uma análise mais detalhada do projeto                   |
| 10 - A mobilização das regionais  | 26 - Entrega dos documentos em tempo hábil  |
| 11 - A falta dos colegas das demais ADR's envolvidas no Projeto         | 27 - A compreensão de todo o processo   |
| 12 - A divulgação do projeto antes da Oficina                           | 28 - As limitações de todos os agentes envolvidos                                   |
| 13 - Devemos receber os resultados da Oficina                           | 29 - O ambiente físico: luz elétrica o dia inteiro                                  |
| 14 - Tempo reduzido versus amplitude dos temas                          | 30 - Envolver a sociedade civil (ONG's afins)                                       |
| 15 - A participação dos comitês (dançar, cantar...)                     | 31 - Maior participação das ADR's envolvidas  |
| 16 - Dificuldade de tempo e transporte                                  | 32 - Mais cursos dessa natureza   |
|   | 33 - O tempo foi muito curto para discussão dos projetos                            |

Ao final deste relatório gostaríamos de agradecer o empenho dos participantes no desenvolvimento da Oficina e desejar-lhes muito êxito em seus trabalhos.

**Brasília, 12 de setembro de 1995.**

  
**Maria Odília A. Ribeiro de Oliveira**

  
**Mara Vanessa Fonseca Dutra**

**Diagramação e Editoração Eletrônica:  
Andrey Bernardes Pousa Corrêa**